



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**Contencioso Administrativo Tributário**  
**Conselho de Recursos Tributários**  
**1ª. Câmara de Julgamento**

Resolução Nº....638./2005

Sessão: 174ª Ordinária de 22 de setembro de 2005.

Processo de Recurso Nº: 1/1321/2005

Auto de Infração Nº: 2/200503102

Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância.

Recorrido: Mídia Transportes Ltda

Relator: Manoel Marcelo Augusto Marques Neto

**EMENTA:** ICMS – Circulação de bens do ativo permanente entre os estabelecimentos de uma mesma instituição financeira. **Auto de Infração Improcedente** Reformada a decisão exarada em 1ª instância. Recurso Oficial conhecido e não provido. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Consta do *Auto de Infração*, lavrado contra a empresa: *Mídia Transportes Ltda*:

*“Transporte de mercadorias sem documento fiscal por empresa de Transporte de Cargas. O autuado transportava 03 terminais TCH 3662 PROCOMP, desacompanhados de documentação fiscal válida perante a legislação do ICMS para acobertar o trânsito de mercadorias ou bens, motivo da lavratura deste auto de infração”.*

Os autuantes consideraram como artigos infringidos os artigos: 16 I, “b”, 17, 21 III, 34, IV, 127, I, 140, 829, 837, 874 do Decreto 24.569/97 e sugerem como penalidade à prevista no Art. 123 III, “a” da Lei 12.670/96 alterada pela Lei 13.428/03.

Instruindo o processo constam: Certificado de Guarda de Mercadorias nº 149/05, Conhecimentos de Transporte de Cargas nºs: 101874, 101875, 101876, Minutas de Controle nºs 115573, 115575, 115250 e documentos de trânsito de bens – DTB emitidos pelo BRADESCO e Manifesto de Carga.

O autuado não apresenta defesa em nenhuma das fases processuais, tornando-se revel.

O processo foi encaminhado ao *Contencioso Administrativo Tributário* e submetido a julgamento. Na instância singular, resultou na decisão de **Parcial Procedência** do feito, aplicando a penalidade prevista no artigo 126 da Lei 12.670/96, com nova redação dada pela Lei 13.418/03.

O *Parecer* circunstanciado, de lavra do eminente representante da D. Procuradoria Geral do Estado modificado em sessão mediante despacho, sugere: conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento, para que seja reformada a decisão proferida em primeira instância declarando a Improcedência do feito fiscal.

É o relatório.

#### **VOTO DO RELATOR**

Trata-se no caso em tela de transporte de mercadoria desacompanhada de documentação fiscal, configurando-se como situação fiscal irregular, o que ensejou a lavratura do competente Auto de Infração.

A Nota fiscal é o documento hábil para acobertar a circulação de mercadoria. A legislação tributária do Estado do Ceará impõe a obrigatoriedade de sua emissão com o objetivo de controlar e conhecer as operações realizadas pelos contribuintes do ICMS, sua ausência implica em irregularidade. É o que dispõe o art 829 do decreto 24.569/97, in verbis:

*“Art. 829. Entende-se por mercadoria em situação fiscal irregular aquela que, depositada ou em trânsito for encontrada desacompanhada de documentação fiscal própria ou acoberte o trânsito de mercadoria para contribuinte não identificado ou excluído do CGF ou ainda, sendo esta inidônea, na forma do art. 131”.*

Cotejando-se a situação fática descrita na peça inicial com os comandos do RICMS aqui abordados, verifica-se que a nossa legislação tributária não confere a documentos internos de Instituições Financeiras, a faculdade de substituir a nota fiscal,



sobre a circulação de mercadorias ou bens, independente de ser ou não gravados com ônus do imposto.

Trata-se, no presente caso, de bens que serão utilizados por Instituições Financeiras em suas unidades bancárias para o serviço de auto-atendimento. De fato, não há prejuízo aos cofres do Estado, nem há repercussão em operação subsequente tributada.

Considerando a impossibilidade da autuada emitir documento fiscal;

Considerando que o estado de São Paulo não emite Nota Fiscal avulsa;

Considerando que há documentos nos autos que comprovam que os bens, objeto da ação fiscal, pertencem à Instituição Financeira e acompanhavam o transporte dos mesmos. Entendo que acusação não deve prosperar, devendo ser declarada a improcedência da ação fiscal. Trata – se de operação não tributada - *A circulação de bens do ativo permanente e material de uso e consumo entre os estabelecimentos de uma mesma instituição financeira.*

**VOTO:**

Conheço do recurso oficial, nego-lhe provimento para reformar a decisão condenatória proferida pela 1ª instância, julgando IMPROCEDENTE a autuação, nos termos do *Parecer* da douda Procuradoria Geral do Estado.

É como voto.



## DECISÃO

*Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente Célula de Julgamento de 1ª Instância e Recorrido: Mídia Transportes Ltda.*


**RESOLVEM** os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso oficial, para reformar a decisão condenatória proferida pela 1ª instância, julgando IMPROCEDENTE a autuação, nos termos do voto do Conselheiro Relator e *Parecer* da douta Procuradoria Geral do Estado modificado em sessão, mediante despacho e contido nos autos. Ausentes por motivo justificado, os conselheiros: José Gonçalves Feitosa e Fernando Cezar Caminha Aguiar Ximenes.

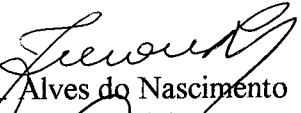
**SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 07 de novembro de 2005

  
Alfredo Rogério Gomes de Brito  
PRESIDENTE

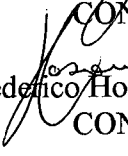
  
Manoel Marcelo A. Marques Neto  
CONSELHEIRO RELATOR

  
José Gonçalves Feitosa  
CONSELHEIRO

  
Ana Maria Martins Timbó Holanda  
CONSELHEIRA

  
Fernanda R. Alves do Nascimento  
CONSELHEIRA

  
Fernando Cezar C. A. Ximenes  
CONSELHEIRO

  
Frederico Hozanan Pinto de Castro  
CONSELHEIRO

  
Helena Lúcia Bandeira Farias  
CONSELHEIRA

  
Vito Simon de Moraes  
CONSELHEIRO

  
Mateus Viana Neto  
PROCURADOR DO ESTADO